



"Estemundoemquemeescondo,  
Estemundoquemeesconde,  
Muitas vezes me mata,  
Poucas vezes me ama,  
E eu só quero liberdade."

Leandro Bortoli



## Relatório Azul 1999 / 2000

-----



# A luta pela cidadania

A falta de políticas públicas e a homofobia, expressa nos meios de comunicação (televisão, jornal, rádio...), colocam o Brasil no ranking das primeiras nações em violação de direitos de gays e lésbicas, e campeão mundial de assassinatos a homossexuais.

Conforme dados da Associação de Gays e Lésbicas Internacional, o Brasil pode ser equiparado ao Irã, Sudão, Zimbábue Iraque, países destaques na homofobia mundial.

Sabemos que hoje, no Brasil, muitas pessoas são demitidas em função da sua orientação sexual ou enfrentam resistência em suas famílias ou círculo de amigos e não raras vezes são agredidas, violadas e mortas.

É importante a articulação política de grupos e organizações não-governamentais, para cobrar dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário o enfrentamento da grave situação de vulnerabilidade pela qual passam os homossexuais no Brasil, que ainda não têm a garantia dos seus direitos fundamentais, de liberdade e expressão.

A Constituição Federal afirma a existência de um Estado democrático de Direito, preservando os Direitos Humanos por meio dos princípios da liberdade e da igualdade. Consagra, no inciso IV do artigo 2º, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de qualquer ordem, inclusive de sexo. Mas, mesmo assim, convivemos com violações permanentes dos direitos dos homossexuais e da sua cidadania. Os Direitos Humanos têm papel fundamental para que as violações e o processo de exclusão sejam denunciados, propondo políticas para que nenhum indivíduo seja discriminado, nem tenha violado os seus direitos, garantindo uma vida livre e a sua inclusão na sociedade.

## Dia da Consciência Homossexual

Ao mesmo tempo em que os direitos de homossexuais são violados, vemos a consciência gay de uma forma crescente. A caminhada do Dia da Consciência Homossexual aconteceu, nas principais capitais do Brasil, de uma forma expressiva. São Paulo reuniu em torno de cem mil pessoas (gays, lésbicas, travestis, transexuais e simpatizantes), mas não foi o suficiente para vencer o preconceito e quebrar o silêncio dos meios de comunicação, principalmente o televisivo.

Em Porto Alegre, a cada ano que passa, é maior o número de pessoas que se agregam à caminhada, dando visibilidade à luta e à consciência homossexual. Com aproximadamente dez mil pessoas, a caminhada tomou conta da avenida Osvaldo Aranha por cerca de uma hora. A presidenta da CCDH, deputada estadual Maria do Rosário (PT), que se fez presente, distribuiu material com um texto de conscientização ao não preconceito.

# Avanços legais e históricos

## Justiça pune preconceito

"chegavam gritando que somos lésbicas, 'machorras' e 'sapatões'."

No dia 6 de junho de 2000, a CCDH recebeu a denúncia de um casal de mulheres, vítimas do preconceito por orientação sexual. M.L., 36 anos e V. A., 24 anos, morando há seis anos juntas, alugaram um espaço comercial em São Leopoldo. O estabelecimento foi locado em setembro de 1999, onde foi aberta uma lancheria. O contrato tinha duração de um ano, mas as duas teriam recebido ameaças de morte para deixarem o local e acabaram fechando o seu negócio em função das constantes ofensas de baixo calão, proferidas pelo dono do prédio e um dos vizinhos. Segundo as denunciante, os xingamentos diversos, muitas vezes eram feitos na frente dos clientes e de toda vizinhança, simplesmente por que o casal assumiu a sua condição sexual.

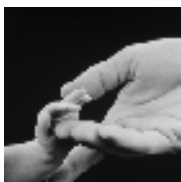
"Ficamos semanas sem ganhar nada, pois chegavam gritando que somos lésbicas, 'machorras' e 'sapatões' e houve um boicote total no bar". M.L. e V.A. registraram ocorrência policial e resolveram mover uma ação judicial. Denunciaram o proprietário L.C., 22 anos, dono do prédio, que não quis comentar sobre o caso, e E.L., o vizinho que negou as acusações. Elas obtiveram na Justiça uma indenização de 15 salários mínimos por danos morais.

## INSS é obrigado a reconhecer direitos aos homossexuais

Em 8 de junho de 2000, a 3ª Vara da Justiça Federal, no Rio Grande do Sul, fez uma determinação histórica em defesa dos direitos dos homossexuais. Por sua determinação, o INSS passou a reconhecer a união estável de casais homossexuais para concessão de pensão, nos casos de morte ou reclusão de um dos companheiros. A ação civil pública, que motivou a liminar, foi elaborada pelos procuradores da República, Paulo Gilberto Cogo Leivas e Marcelo Veiga Beckhausen. O Ministério Público Federal ofereceu denúncia sobre o caso a partir de uma representação apresentada pela organização não-governamental Nuances – Grupo pela Livre Orientação Sexual, que definiu a ausência de pensões como uma "prática discriminatória e atentória aos Direitos Humanos de gays e lésbicas". Os procuradores argumentaram no processo que "o direito fundamental à igualdade" deveria prevalecer sobre outras normas. Leivas citou a ação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que confirmou acórdão do Tribunal Regional Federal e incluiu companheiro homossexual como dependente em plano de saúde da Caixa Econômica Federal (CEF).

## Direito à herança

Outro significativo avanço ocorreu do julgamento levado a efeito pela juíza de Direito Judith dos Santos Mottecy, em 24 de fevereiro de 2000, no qual pela primeira vez se reconheceu a relação homossexual como união estável, sendo deferido o direito a receber herança do parceiro.



## Preconceito no shopping

“ao invés de proteger-nos humilhou-nos ainda mais.”

No dia 9 de novembro de 1999, A.P. e sua namorada J.S. foram vítimas de discriminação na praça de alimentação do Rua da Praia Shopping, em Porto Alegre. Um beijo entre elas foi motivo para que uma pessoa, da mesa próxima, chamasse os seguranças do local. Quando estes se aproximaram, empurraram a bolsa de uma das meninas e ordenaram que as duas saíssem do shopping. A pessoa que chamou os seguranças ameaçou processá-las por afronta. “Eu sei que tenho direitos, mas o segurança ignorou-os, ao invés de proteger-nos humilhou-nos ainda mais. Ele disse que não queria este tipo de coisa lá dentro, nem se quer na Administração ele deixou ir no primeiro momento”, relata A.P.

Após insistirem com os seguranças, uma delas obteve “permissão” para ir à administração do shopping. Lá, A.P. conseguiu fazer alguns telefonemas, onde foi orientada a solicitar os nomes dos seguranças que humilharam-na, bem como nome do chefe da vigilância e do cliente que chamou os mesmos. A administração negou-se a fornecer qualquer informação. A CCDH encaminhou ofício nº 0697/2000, solicitando informações sobre o episódio. O shopping foi autuado com base no artigo 150<sup>1</sup>, da Lei Orgânica do Município.<sup>2</sup>



Homossexualidade e cidadania

## Agressões e difamações por orientação sexual

No dia 27 de novembro de 1999, L.D., 33 anos, estava passando em frente a um bar e, como de costume, foi agredido pelo filho do proprietário do estabelecimento com “piadinhas”, relacionadas a sua homossexualidade. Como a situação se repetia, L.D. parou e solicitou ao adolescente W.S. que cessasse com as agressões. Feito isto, L.D. seguiu seu caminho, sendo chamado, aos gritos, pelo pai do garoto, A.A. Ao se aproximar dos dois, L.D. foi atingido por uma “voadora”, desferida pelo adolescente. O golpe atingiu L.D. na altura do peito e lhe jogou no chão. O pai passou a insultar L.D., falando que “viado tem mais é que morrer mesmo”, e incentivando a atitude do filho. O fato, que aconteceu em via pública, chamou a atenção de diversas pessoas, havendo portanto testemunhas. A CCDH recebeu a denúncia de L.D. no dia 29 de novembro de 1999 e encaminhou o ofício nº 0783/2000 à delegacia de polícia de Porto Alegre, solicitando informações sobre as medidas adotadas. A.A. foi indiciado pela prática do crime de difamação.

“viado tem mais é que morrer mesmo.”

<sup>1</sup> A Lei Orgânica do município de Porto Alegre, no artigo 150, proíbe discriminações em função da orientação sexual

<sup>2</sup> Esta informação foi obtida pelo jornal do Nuances, ano 2, nº 12.

## Tribunal reconhece status de casal a lésbicas

A 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJE) decidiu, por unanimidade, que um casal de lésbicas poderá resolver a partilha do patrimônio numa Vara de Família. A decisão desfaz o entendimento anterior, de que as Varas de Família deveriam tratar apenas de questões envolvendo uniões estáveis, entre marido e mulher. “Chegamos a conclusão de que este tipo de relação homossexual é em tudo idêntica as demais relações afetivas, que vão para a Vara de Família. O único elemento divergente está na circunstância da homossexualidade. No mais, o lado afetivo equivale ao das relações heterossexuais”, observou o relator do processo, o desembargador Breno Mussi. O desembargador destacou que a decisão da 8ª Câmara Cível “abre caminhos para o enfrentamento contra a discriminação da homossexualidade”. Estas decisões poderão facilitar a vida de casais homossexuais de todo o país.

## União homoafetivas e a Justiça

Como contribuição à discussão sobre os avanços legais e históricos da homossexualidade no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil, esta CCDH solicitou texto da desembargadora Maria Berenice Dias, autora da obra sob o título “União Homossexual – O preconceito & a Justiça”, que aborda os aspectos jurídicos das relações que a autora prefere chamar de uniões homoafetivas. Além de tratar das origens históricas e dos aspectos sociais e psíquicos dessas uniões, sustenta a autora a possibilidade de reconhecê-las como sociedade de afeto, e não apenas como sociedade de fato, de efeitos meramente obrigacionais. A obra traz em anexo a jurisprudência nacional mais atualizada a respeito de várias questões pertinentes ao tema, tais como adoção, transexualismo, herança e meação.

### “União homossexual - aspectos sociais e jurídicos

Maria Berenice Dias<sup>3</sup>

Face à grande polêmica que envolve o encaminhamento do projeto que reconhece a chamada parceria civil registrada, é mister fazer algu mas colocações de caráter histórico e social sobre a homossexualidade, tema encharcado de preconceitos, tabus e mitos, e de como vem sendo tratada no âmbito do Direito.

De primeiro, cabe referir que todo tema que diz com sexualidade é envolto em uma aura de mistério, sempre despertando curiosidade e profunda inquietação. Não só, mas principalmente neste tema, tudo que se situa fora dos estereótipos resta por ser rotulado de ‘anormal’, ou seja, fora da normalidade, o que não se encaixa nos padrões.

A sociedade tem valores culturais dominantes em cada época e um sistema de exclusões muitas vezes baseado em preconceitos estigmatizantes.

Questões que dizem com relações familiares e comportamentais situam-se mais na esfera privada do que na pública, cabendo à sociedade sua normatização. São, em regra, questões de lenta maturação.

Com a evolução dos costumes e a mudança dos valores, dos conceitos de moral e de pudor, o tema referente à orientação sexual deixou de ser ‘assunto proibido’ e hoje é enfrentado abertamente, sendo retratado no cinema, nas novelas, na mídia como um todo.

Ainda que a sociedade se considere heterossexual, a homossexualidade existe desde que o mundo é mundo. Nas culturas ocidentais contemporâneas, é marcado por um estigma, renegando à marginalidade aqueles que não têm preferências sexuais dentro de determinados padrões de estrita moralidade.

<sup>3</sup>Desembargadora do Tribunal de Justiça do RS e vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFam). Autora do livro União Homossexual – O Preconceito & a Justiça, da Livraria do Advogado Editora, ano 2000.





As relações homoafetivas não podem ser negadas, estando a merecer a tutela jurídica, ser enlaçado como entidade familiar. Necessário mudar valores, abrir espaços para novas discussões, revolver princípios, dogmas e preconceitos.

#### Aspectos constitucionais

Firmando a Constituição a existência de um estado democrático de direito, tendente à realização dos direitos e liberdades fundamentais, vem cada vez mais se desdobrando, pois, dos chamados direitos de primeira geração, em que pontifica o direito à liberdade e à igualdade. Não se pode deixar de situar as questões suscitadas pela sexualidade nos direitos de primeira geração, por dizer precipuamente com o princípio fundamental da isonomia e com a proibição de discriminações injustas. Ante a ampliativa visão dos direitos humanos, chega-se aos de terceira geração, que reconhece os direitos e solidariedade alcançando os direitos coletivos e difusos.

O Direito de Família recebe o influxo do Direito Constitucional, sendo que o princípio da igualdade restou por fazer verdadeira faxina nas discriminações que existiam no campo das relações familiares. O núcleo do atual sistema jurídico que sustenta o fundamento do Estado está posto de forma saliente no inc. III do art. 1º, que é o respeito à dignidade humana, ocupando uma posição privilegiada no texto constitucional.

O grande pilar que serve de base à Constituição é a consagração dos princípios da liberdade e da igualdade. Tais enunciados não podem se projetar no vazio, pois não se concebe que a Constituição tenha normas programáticas.

A Constituição estabelece já no inc. I do artigo 5º - artigo que enfeixa a maioria dos direitos assegurados pela Carta Magna - o princípio da igualdade: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, sendo que o inc. IV do art. 2º estabelece como objetivo fundamental do Estado a promoção do bem de todos sem preconceitos de sexo, ou seja, veda qualquer discriminação sexual.

A proibição da discriminação sexual, eleita como cânone fundamental de um estado democrático de direito, alcança a vedação à discriminação à homossexualidade, pois diz com a conduta afetiva da pessoa, o direito à orientação sexual.

Orientação sexual é a identidade pessoal com alguém do mesmo sexo, do oposto, de ambos ou de nenhum sexo. A identificação da orientação sexual está condicionada à identificação do sexo da pessoa escolhida, em relação à pessoa que escolhe, e tal escolha não pode ser alvo de tratamento diferenciado.

Se alguém dirige seu interesse sexual a outra pessoa, ou seja, opta por outrem para manter um vínculo afetivo, está exercendo sua liberdade. O fato de direcionar sua atenção a uma pessoa do mesmo ou de distinto sexo que o seu não pode ser alvo de tratamento discriminatório, pois tal decorreria exclusivamente do sexo da pessoa que faz a escolha e que dispõe da liberdade de optar. O tratamento diferenciado por alguém orientar-se em direção a um ou outro sexo - nada sofrendo se tender a vincular-se a pessoa do sexo oposto ao seu ou recebendo o repúdio social por dirigir seu desejo a pessoa do mesmo sexo - evidencia uma clara discriminação à própria pessoa em função de sua identidade sexual.

Se todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, aí está incluída, por óbvio, a orientação sexual que se tenha. Assim, a proteção contra a discriminação sexual envolve o direito à orientação sexual, uma vez que o sexo da pessoa eleita (se homem ou mulher) não pode gerar tratamento desigualitário com relação a quem escolhe, sob pena de estar-se discriminando alguém pelo sexo que possui: se igual ou diferente do da pessoa escolhida.

Nesse sentido já se posicionaram as Cortes Supremas do Canadá, Estados Unidos e Havaí: de que a discriminação por orientação sexual configura discriminação sexual.

Qualquer discriminação baseada na orientação sexual do indivíduo configura claro desrespeito à dignidade humana, a infringir o princípio maior imposto pela Constituição Federal, não se podendo sub-dimensionar a eficácia jurídica da eleição da dignidade humana como um dos fundamentos do estado democrático de direito. Infundados preconceitos não podem legitimar restrições de direitos servindo de fortalecimento a estigmas sociais e causando sofrimento a muitos seres humanos.

Também é de lembrar-se a eficácia das normas internacionais recepcionadas por nosso ordenamento jurídico, como preceitua o § 2º do art. 5º da CF de que os direitos e garantias decorrentes dos princípios por ela adotados, ou nos tratados internacionais de que o Brasil seja parte.

Assim, desarrazada a eleição de fator discriminante para desequiparação aos direitos deferidos a heterossexuais, o que decorre de discriminação sexual, desrespeito ao princípio da isonomia e inaplicabilidade da cláusula constitucional da dignidade humana, bem como de forma reflexa à liberdade pessoal e sexual.

#### Brasil

Encontra-se arquivada a proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 139/95 - da Deputada Marta Suplicy, que altera os arts. 3º e 7º da CF, para proibir a discriminação por motivo de orientação sexual.

Além das garantias constitucionais, nas ordens jurídicas estaduais e municipais, estão surgindo regulamentações com referências mais específicas, assim as Constituições dos Estados do Mato Grosso e Sergipe, bem como a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre e de 74 outros municípios, que já expressam explícita proteção à discriminação por 'orientação sexual'.

#### Parceria civil

O Projeto de Lei nº 1.151/95, de autoria da Deputada Marta Suplicy, teve trocado o nome de união civil para parceria civil registrada, segundo o substitutivo adotado, para não ser confundida com casamento. Busca tão-só autorizar a elaboração de um contrato escrito, com a possibilidade de ser registrado em livro próprio no Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais.

Conforme diz a própria justificativa do Projeto, ele não se propõe dar às parcerias homossexuais um status igual ao do casamento. Busca conceder amparo às pessoas que o firmam, priorizando a garantia dos direitos de cidadania.

Podem ser pactuados deveres, impedimentos e obrigações, contendo disposições de caráter patrimonial. Protege o direito de propriedade e garante o direito de sucessão, de usufruto (da metade ou quarta parte dos bens enquanto não registrar outro contrato), benefícios previdenciários, direitos de curatela, impenhorabilidade da residência, direito de nacionalidade em caso de estrangeiros, possibilidade de declaração no imposto de renda e composição da renda para compra ou aluguel de imóvel.

Também não pressupõe a existência de uma relação afetiva ou homossexual entre os parceiros; no entanto, autoriza que somente podem contratar pessoas solteiras, viúvas ou divorciadas (inc. I do § 1º do art. 1º) e impede a alteração do estado civil durante sua vigência, impede que elas se casem, ao gerar novo impedimento não elencado no art. 183 do Código Civil. Nitidamente está protegendo as relações homossexuais e criando um vínculo jurídico entre ambos gerador de efeitos pessoais além dos patrimoniais, não podendo enquadrá-lo exclusivamente no campo obrigacional.

O direito ao usufruto, criado pelo Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4212/62), tem nítido caráter protetivo da família, com finalidade alimentar. Ao depois, o direito do parceiro prevalece ao dos descendentes e ascendentes, pois subtrai destes o direito ao uso dos bens. Também tem o parceiro preferência aos familiares para o exercício da curatela, o que mostra o caráter familiar do instituto. Assim, não se justifica a falta de previsão de alimentos, pois prevê o amparo por morte, mas não para o caso do fim do relacionamento. Mas não está vedada a possibilidade de se preverem alimentos entre as cláusulas do pacto.

Ainda que o contrato tenha semelhança com o pacto antenupcial, é mais vantajoso, pois os nubentes podem deliberar somente quanto ao regime de bens, sendo ampla a liberdade dos parceiros para estabelecer deveres e impedimentos de caráter pessoal. Também a infração dos deveres contratados dá ensejo ao rompimento do contrato (inc. I do art. 5º), o que inexistia com o casamento.

No substitutivo, foi vedada a adoção e estabelecido o prazo mínimo de 2 anos para sua extinção, por desinteresse de um dos contratantes. Não autoriza a adoção de sobrenome, a mudança do estado civil, a constituição de família.

Independente de suas imperfeições e imprecisões técnicas, marca o início da saída da marginalidade, deixando de ser excluídos para serem incluídos no laço social e assim ao conhecimento pelo Estado.

O Projeto, por seis vezes, entrou em pauta, mas não foi à plenária, estando, atualmente, arquivado.

#### Conclusão

Se a orientação sexual é baseada em fatores biológicos ou fisiológicos, inquestionavelmente é uma característica pessoal e se insere em uma aura de privacidade cercada de muitas garantias constitucionais.





A valorização da dignidade da pessoa humana como elemento fundamental do estado democrático de direito não pode cancelar qualquer discriminação baseada em características pessoais individuais, repelindo-se qualquer restrição à liberdade sexual do indivíduo, não se podendo admitir desrespeito ou prejuízo em função de sua orientação sexual.

Sendo a homossexualidade uma característica inata, integrando a própria estrutura biológica da pessoa, o não-reconhecimento de sua condição e a falta de atribuição de direitos constituem certamente cerceamento da liberdade, verdadeira forma de opressão.

Se duas pessoas passam a ter vida em comum, cumprindo os deveres de assistência mútua, em um verdadeiro convívio estável, caracterizado pelo amor e respeito mútuo, com o objetivo de construir um lar, inquestionavelmente que tal vínculo, independentemente do sexo de seus participantes, gera direitos e obrigações que não podem ficar à margem da lei.

Descabe ser alegada a falta de previsão legislativa, pois, muito antes de serem reguladas as relações concubinárias, já eram concedidos direitos às companheiras nas relações heterossexuais. Trata-se de evolução do Direito, que passou a valorizar a afetividade humana, abrandando os preconceitos e as formalidades sociais e legais. As relações familiares impregnam-se de autenticidade, sinceridade, amor, compreensão, diálogo, paridade, deixando de lado a hipocrisia, o fingimento e a falsidade institucionalizada, a legalidade estrita.

A essas relações se está impondo a mesma trilha percorrida pela doutrina e pela jurisprudência nas relações entre um homem e uma mulher fora do casamento. Inquestionável que foi essa a causa que levou ao alargamento do conceito de família, por meio da constitucionalização da união estável.

Ainda que tenha vindo a Constituição com ares de modernidade, ao outorgar a proteção do Estado à família, independentemente da celebração do casamento, continuou a ignorar a existência de entidades familiares formadas por pessoas do mesmo sexo.

Ao buscar-se identificar o conceito de família, a primeira visão é da família patriarcal, nitidamente hierarquizada, com papéis bem definidos, formada por meio do casamento, com uma formação extensiva. Hoje a família é nuclear, horizontalizada, apresentando formas intercambiáveis de papéis e sem o selo do casamento.

Assim, não se diferencia mais a família pela ocorrência do casamento. Também a existência de prole não é essencial para que a convivência mereça reconhecimento e proteção constitucional, pois sua falta não enseja sua desconstituição, e isso nem em face do Direito Canônico.

Portanto, se a prole ou capacidade procriativa não é essencial para que a convivência de duas pessoas mereça a proteção legal, não se justifica ter deixado de abrigar sob o conceito de família a convivência entre pessoas do mesmo sexo, uma vez que a própria lei não faz qualquer distinção entre essas em razão do sexo.

A questão das uniões estáveis homossexuais é um fato social que nenhum estado contemporâneo pode ignorar, pois não se trata de um fato isolado, ou a frouxidão dos costumes como querem os moralistas, mas a expressão de uma opção pessoal que o Estado deve respeitar.

Desde o final dos anos 60, tem aumentado a visibilidade das orientações sexuais dos indivíduos. Como está diminuindo o sentimento de culpa que pesa sobre esses indivíduos. Com o declínio da influência da Igreja, há uma tendência em deixar de ver o prazer sexual como criminoso.

Assim, não se pode deixar de ter por discriminatória a distinção que o art. 226, § 3º, da CF faz ao outorgar proteção a pessoas de sexos diferentes, contrariando princípio constitucional constante de regra pétrea.

Como a Constituição não é um conjunto de regras, mas um conjunto de princípios, aos quais devem-se afeiçoar as próprias normas constitucionais, por uma questão de coerência, mostrando-se uma norma constitucional contrária a um princípio constitucional, tal fato configura o conflito e assim a norma deve ser considerada inconstitucional, como já sustentava Otto Bachof, já em 1951.

Flagrando-se esse confronto, possível é concluir ser inconstitucional a restrição do art. 1º da Lei nº 9.278/96, que regula a união estável, podendo e devendo ser aplicada às relações homossexuais.

É de lembrar que o Direito de Família tenta regulamentar e organizar as relações que são da ordem da sexualidade, e a Constituição integra no laço social todos os cidadãos, vedando discriminação de qualquer ordem.

Não se pode afrontar a liberdade fundamental a que faz jus todo ser humano e que diz com a condição de sua vida sexual. A orientação sexual que alguém adota em sua vida privada não admite restrições a direitos. Presentes os requisitos legais, vida em comum, coabitação, laços afetivos, divisão de despesas, não se pode deixar de conceder-lhe os mesmos direitos deferidos às relações heterossexuais que tenham as mesmas características.

Mais do que uma sociedade de fato, trata-se de uma sociedade de afeto, o mesmo liame que enlaça os parceiros heterossexuais. Na lacuna da lei, ou seja, na falta de normatização, há que se subsidiar do art. 4º da Lei de Introdução ao CC, que determina a aplicação da analogia, costumes e princípios gerais de direito. Não se pode fugir de estabelecer analogia com as demais relações que têm o afeto por causa, ou seja, o casamento e as uniões estáveis.

Não se pode confundir as questões jurídicas com as questões morais e religiosas.

Enquanto a lei não acompanha a evolução dos usos e costumes, as mudanças de mentalidade, a evolução do conceito de moralidade, ninguém, muito menos os aplicadores do Direito, podem em nome de uma postura preconceituosa ou discriminatória, fechar os olhos a essa nova realidade e sermos fontes de grandes injustiças.

O que não se pode é ceder no conflito entre a vontade de ser justo e o medo de sê-lo.

E uma sociedade que se quer aberta, justa, livre, pluralista, solidária, fraterna e democrática, às portas do novo milênio, não pode conviver com tão cruel discriminação."

## Uma discussão sobre a homofobia

Na perspectiva de aprofundarmos a discussão e o histórico da homofobia expressa no cotidiano da vida de homossexuais no Brasil, o "Relatório Azul" transcreve, a seguir, apresentação do livro editado pelo Grupo Gay da Bahia.

### "Violação dos Direitos Humanos e assassinato de homossexuais no Brasil

Luiz Mott<sup>4</sup>

Quem cala sobre teu corpo, consente na tua morte. Quem cala, morre contigo mais morto que estás agora. Quem grita, vive contigo!<sup>5</sup>

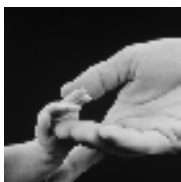
Encerramos o século XX com uma triste derrota para os Direitos Humanos: o Brasil continua sendo o campeão mundial de assassinatos de homossexuais – e o mais grave: os crimes homofóbicos estão crescendo a cada ano que passa!

Enquanto na década de 80 contabilizava-se a média de um assassinato de um gay, travesti ou lésbica a cada quatro dias, e durante a década de 90 esta dramática violência subiu para um 'Homocídio' a cada três dias, em 1999 a matança de gays aumentou ainda mais: a cada dois dias um homossexual é barbaramente assassinado, vítima do ódio.

Não há como negar que certamente esta trágica cifra está muito aquém da realidade, pois não existindo no país estatísticas policiais sobre crimes de ódio, o Grupo Gay da Bahia baseia seu levantamento de assassinatos em notícias divulgadas pela mídia (jornais, revistas, internet, cartões e informações orais): informações que estão longe de cobrir a realidade total, primeiro porque

<sup>4</sup> Professor Titular de Antropologia da Universidade Federal da Bahia e Secretário de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis

<sup>5</sup> Milton Nascimento e Ronaldo Bastos, "Menino"





infelizmente não temos acesso a todos os jornais e revistas publicados no país; segundo porque muitas vezes a homossexualidade da vítima é omitida, seja por pressão familiar, seja por desconhecimento por parte da polícia ou dos jornalistas; terceiro, porque não conseguimos obter informações sobre sete estados da Federação. Investigação semelhante realizada no México comprovou que seria três vezes maior o número real de crimes contra homossexuais do que o registrado na mídia, o que faz com que nossos dados – já alarmantes! – representem tão somente a ponta de um iceberg de ódio e sangue. E que provavelmente em vez de dois dias, o mais correto seria denunciar que todo dia um homossexual é barbaramente assassinado no Brasil. Todas as fontes aqui citadas encontram-se registradas no Arquivo do Grupo Gay da Bahia à disposição dos interessados.

Um dos aspectos mais preocupantes desta 'epidemia do ódio' é que devido à repressão anti-homossexual - cientificamente chamada de homofobia - a maior parte dos homossexuais deixam de registrar queixa policial quando sofrem algum tipo de discriminação e violência, pois nas delegacias, quando vítimas de violência, somos tratados como réus pelo simples fato de sermos 'viados, travecas e sapateiros'.

Tais dados, repetimos, mesmo representando apenas a ponta de um abominável iceberg de ódio e sangue, confirmam as repetidas denúncias do Grupo Gay da Bahia, recentemente ratificadas por Relatórios da Anistia Internacional, do Departamento de Estado Norte-americano e da Associação Gay e Lésbica Internacional, que colocam o Brasil na triste condição de campeão mundial de assassinatos de gays, lésbicas e travestis, equiparando nosso país ao Irã, Sudão, Zimbábue e Iraque, vergonhosos destaques mundiais da homofobia, embora mesmo nestes países onde existe pena de morte contra homossexuais, registram-se menos execuções do que entre nós!

Desgraçadamente, apesar de importantes conquistas e maior visibilidade social do MHB, os dados aqui divulgados comprovam que a intolerância, violência e assassinatos de gays, lésbicas e travestis têm se mantido praticamente nos mesmos patamares de selvageria e impunidade. Ao divulgar este dossiê, toda a sociedade nacional chocou-se com dois fatos gravíssimos, ambos registrados em fevereiro de 2000, que mostram o quanto temos de lutar para conseguir o respeito à cidadania plena dos homossexuais no Brasil: a ultrajante soltura de Márcio Scherer, assassino confesso do antiquário João Saboya, morto em Nova York em março de 1999 e o linchamento de um homossexual na Praça de República pela gangue Carecas do ABC.

Como nos dossiês anteriores, a primeira parte deste Boletim é consagrada à divulgação de notícias relativas à violação dos Direitos Humanos de gays, travestis e lésbicas registradas no Brasil em 1999, que neste ano incluem 37 casos de agressão e tortura; 14 ameaças e golpes; 27 casos de discriminação em órgãos e por autoridades governamentais; 22 casos de discriminação econômica, contra a livre movimentação, privacidade e trabalho; 33 casos de discriminação familiar, escolar, científica e religiosa; 18 difamações e discriminação na mídia; 8 casos de insulto e preconceito anti-homossexual; 8 casos de violência anti-lésbica e 56 casos de violência e discriminação contra travestis. Total: 223 registros de violação dos direitos humanos de gays, lésbicas, travestis e transexuais. Novamente aqui, cumpre reforçar que tais dados são apenas uma pequena amostragem da triste realidade vivida pelos homossexuais no Brasil, pois a maior parte das discriminações homofóbicas não são denunciadas, nem na mídia, nem junto às entidades de Direitos Humanos ou grupos gays. Prova disto é que em apenas nos seis primeiros meses de funcionamento (julho/dezembro 1999) o Disque Defesa Homossexual do Rio de Janeiro registrou 158 denúncias, sendo 36 discriminações, 25 agressões verbais, 21 extorsões, 19 agressões físicas, 13 assassinatos, 21 ameaças, 9 assaltos e 3 golpes 'boa noite Cinderela'. Segundo tal fonte, 52 destes delitos foram praticados em locais públicos e 50 dentro de casa ou na área de vizinhança da vítima. Acrescente-se ainda a estes números a revoltante cifra de 352 detenções de travestis realizadas em Salvador, durante o ano de 1999: nunca, em toda história da Bahia, houve tanta repressão aos travestis como durante o mandato da secretária de Segurança Pública, Kátia Alves, contraditoriamente, que é penteada e maquiada por uma travesti. Sua política de 'tolerância zero' em relação a estas profissionais do sexo merece repúdio máximo.

Ora, se atentarmos que em apenas 6 meses, no Rio de Janeiro, foram registrados 158 denúncias de violação dos Direitos Humanos de homossexuais – e que para todo o Brasil, para o ano inteiro de 1999, registramos 233 violações e mais 169 assassinatos – total de 402 ocorrências – somos obrigados a concluir que de fato, os dados aqui divulgados são bastante parciais, não passando de

uma amostra incompleta de uma realidade muito mais cruel e violenta. Daí a urgência de que os governos estaduais, à exemplo do que fez a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, criem mecanismos eficazes de coleta de denúncias de discriminação homofóbica, o primeiro passo para a implementação de políticas públicas de defesa dos Direitos Humanos e cidadania plena das minorias sexuais.

Também como ocorreu nos anos anteriores, em 1999 registraram-se algumas gravíssimas demonstrações de intolerância anti-homossexual, quer na mídia, quer divulgadas por políticos ou líderes religiosos e intelectuais, que infelizmente, servem de combustível e legitimação ideológica para ações violentas contra gays, travestis e lésbicas. Em Curitiba, na Universidade Tuiuti, estudantes picharam em sala de aula: 'Morte aos viados!' Em S.Paulo, o psiquiatra forense Dr. Guido Palomba, declarou por ocasião da morte de um estudante vítima de um trote violento: 'Quem dá trote universitário são pessoas enrustidas, covardes, fracassadas e com tendências homossexuais.' O deputado protestante Raul Lima Neto (PL-MG) declarou: 'Homossexualismo é uma opção que humilha e aprisiona, influenciando taticamente o comportamento e o caráter de quem isso pratica. É contrário à natureza e à família estabelecidas por Deus, o que faz com que o homossexual seja deformado mentalmente e muitas vezes fisicamente. O homossexualismo é abominação de Deus, infame, desonra o próprio corpo, é torpeza, perversão. A aprovação pela sociedade do homossexualismo faz com que ela pereça e se destrua!' Dom Amaury Castanho, bispo de Jundiá, SP, declarou: 'O homossexualismo é antinatural, está mais que evidente que é algo contra a dignidade humana e o plano de Deus.' Pesquisa realizada no Rio de Janeiro constatou que 20% dos jovens não consideram grave humilhar travestis e prostitutas. Para 33% dos jovens, o homossexualismo é uma doença ou aberração social. Muitos defenderam abertamente agressões físicas aos homossexuais. Agressões, torturas, ameaças, extorsões, golpes, insultos, discriminações em todas esferas sociais que estão documentadas nas páginas a seguir, e que têm sua legitimação nas declarações insensatas destes corifeus da homofobia.

Perguntamos nós: se apenas um destes desatinos e instigação à intolerância e violência anti-homossexual tivesse sido proferido contra os negros, ou contra os judeus, qual teria sido a reação popular e governamental? Prisão inafiançável, demissão dos cargos públicos, retratação oficial, etc. A injustiça, falta de solidariedade e discriminação oficial e popular contra os homossexuais é revoltante e ilegal, pois a Constituição Federal garante que 'todos são iguais perante a Lei', embora de fato, como certa vez disse o atual arcebispo de Florianópolis, 'os homossexuais são gente pela metade – se é que são gente!'

Portanto, já que o próprio governo, em seu Programa Nacional de Direitos Humanos, reconheceu finalmente que os homossexuais estão entre os grupos mais vulneráveis de nossa sociedade, embora até hoje não tenha beneficiado as entidades homossexuais com recursos para defesa de seus direitos de cidadania, é urgentíssimo que as autoridades governamentais cumpram nossa Carta Magna e investiguem, julguem e punam os crimes sexuais com o mesmo rigor como tem tratado os crimes raciais.

Termino fazendo minhas as palavras do ministro Celso de Mello, presidente do Supremo Tribunal Federal:

'Não adianta comemorar o cinquentenário da Declaração dos Direitos Humanos, se práticas injustas que excluem os homossexuais dos direitos básicos continuam ocorrendo. É preciso que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário tomem consciência e tenham percepção de que é necessário enfrentar essa situação de grave adversidade por que passam os integrantes deste grupo extremamente vulnerável!.'

## Homossexual é assassinado por gangue em São Paulo

Foi cercado,  
espancado e  
morto.

Um grupo de 18 jovens, da gangue "Carecas do ABC", foi acusado pelo assassinato à pancadas de um homossexual, em São Paulo. O espancamento aconteceu no dia 7 de fevereiro de 2000, às 0h10min da madrugada, na praça da República. Edson Nérís, 35 anos, trabalhava como adestrador de cães e, na noite em que foi agredido, havia saído para encontrar-se com Dário Pereira, 34 anos, homossexual assumido. Eles haviam se conhecido dez dias antes e este era o segun-





do encontro dos dois. Naquela noite, Nérís havia telefonado para sua família, avisando que iria passar a noite fora. Ao cruzar a praça da República, o casal chamou a atenção dos “Carecas”, por estarem de mãos dadas, o que foi suficiente para despertar a fúria da gangue.

“Percebemos que os ‘Carecas’ marchavam ostensivamente em nossa direção”, contou Dário à polícia. “Gritei para meu amigo: ‘corre’, e levei um chute pelas costas”. Dário conseguiu escapar. Nérís foi cercado, espancado e morto. Causa do óbito: hemorragia interna e fraturas múltiplas. A violência do ataque foi tão grande que, ao vestir o filho para o sepultamento, João Gabriel Raulino ouviu e sentiu o estalar dos ossos quebrados.

Cerca de três horas depois da barbárie, 23 pessoas foram presas no bar “Recanto dos Amigos”, situado a menos de dois quilômetros do local do crime. Desses, 18 foram reconhecidos como participantes do assassinato.

ouviu e sentiu  
o estalar dos  
ossos  
quebrados.

Homossexualidade e cidadania

## No combate ao preconceito

### Conselho de Psicologia determina normas de atuação

A presença de inúmeras clínicas clandestinas e ligadas a grupos religiosos que clinicavam em favor da “cura da homossexualidade”, promovendo o preconceito e estabelecendo uma relação de anormalidade, motivou o Conselho Federal de Psicologia, presidido pela conselheira Ana Mercês Bock, a tomar a iniciativa de estabelecer normas de atuação para os psicólogos em relação a questão da orientação sexual, que publicamos a seguir:

“Resolução Conselho Federal de Psicologia nº 001/99, de 22 de março de 1999

O Conselho Federal de Psicologia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando que o psicólogo é um profissional da saúde.

Considera que na prática profissional, independente da área em que esteja atuando, o psicólogo é frequentemente interpelado por questões ligadas à sexualidade.

- Considerando que a forma com que cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade;

- que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão;

- que há na sociedade uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente;

- a Psicologia pode e deve contribuir com o seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações:

Resolve que:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminações e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos e práticas homoeróticas.

Art. 3º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único – Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.  
Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.  
Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação  
Art. 6º - Revogam-se todas as disposições em contrário.”

## Estado ganha Associação de Travestis e Transexuais

No dia 25 de maio de 1999, foi criada a Igualdade - Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, com a finalidade de promover a integração e a promoção da cidadania de travestis e transexuais. A sede da Associação funciona na avenida João Pessoa, 75, em Porto Alegre. A Igualdade tem como objetivo a defesa de grupos ou indivíduos que venham a sofrer algum tipo de discriminação ou violência em função de sua orientação sexual ou de sua identidade feminina, além de trabalhar pela garantia do direito à livre expressão e manifestação da sexualidade, atividades e campanhas de prevenção do HIV/Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis e, também, estabelecer parcerias com órgãos públicos e entidades civis, em nível municipal, estadual ou federal, apresentando reivindicações, propostas e projetos pertinentes às finalidades da Igualdade.

Relatamos, abaixo, caso enviado pela Associação Igualdade à CCDH:

“Assassinato de travesti na zona Norte

A travesti B. foi assassinada com três tiros de revólver, por volta das 5 horas da manhã do dia 19 de fevereiro de 2000. Policiais da Divisão de Crimes contra a Pessoa estão investigando o homicídio e por não haver testemunhas do crime, o mesmo encontra-se até o momento sem solução.”

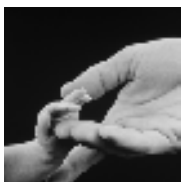
De acordo com a coordenação da Igualdade, muitos casos de agressão e morte não são registrados e quando ocorrem agressões, constrangimentos ou difamações, geralmente as partes preferem ficar caladas para não enfrentarem também, o problema do preconceito.

## Prêmio Igualdade

A Associação de Travestis e Transexuais do RS, na comemoração de um ano de movimento pela cidadania, no dia 25 de maio de 2000, homenageou a deputada estadual Maria do Rosário (PT), presidenta da CCDH, por se destacar na luta pelos Direitos Humanos, recebendo o troféu Igualdade.

## Homossexualidade e orientação sexual

O Nuances - Grupo pela Livre Orientação Sexual recebeu, recentemente, o prêmio Divulgação dos Direitos Humanos, concedido pela CCDH e escritório da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), pelo trabalho de denúncia da violência e da discriminação dos cidadãos(ãs) homoeróticos(as). O relato elaborado pelo Nuances, que transcrevemos a seguir, aponta a necessidade da implantação de políticas públicas para garantir a cidadania de gays, lésbicas e travestis.





## “Visibilidade e conquistas

Cada vez mais as discussões em torno das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo vêm ganhando espaço nos mais variados meios sociais. Muitos destes espaços estão sendo conquistados através da mobilização que o movimento organizado está forjando junto à sociedade. Hoje já é bem comum o tema ser abordado não só nos meios de comunicação, mas em vários espaços institucionais.

O dia internacional do orgulho gay, o ‘GayPride’, é um momento onde os homossexuais vêm, cada vez mais, saindo da clandestinidade, fazendo com que a sociedade enxergue o que sempre esteve na marginalidade. O fato dos homossexuais saírem às ruas é fundamental para que a sociedade, de forma geral, passe a ver esta questão com a importância que ela merece ser tratada.

São vários os momentos em que saímos as ruas. Não só no dia 28 de junho, data oficial em que o movimento no mundo todo vai as ruas. Este ano, em São Paulo, a Parada reuniu mais de 120 mil pessoas. Em Porto Alegre, como em várias cidades brasileiras, milhares foram às ruas para protestar e denunciar o preconceito, dando visibilidade para a situação em que vivem estas pessoas. O Nuances tem feito, em várias oportunidades, manifestações de protesto aqui em Porto Alegre, denunciando atitudes de preconceito que muitos cidadãos sofreram. É curioso, e ao mesmo tempo muito preocupante, o espaço que a mídia vem dando ao tema. A Parada de São Paulo foi um dos momentos da história deste país em que uma multidão de pessoas saiu às ruas dando visibilidade a uma questão específica com tamanha mobilização, e aí a mídia não deu a menor importância. Resta a pergunta: qual é o verdadeiro interesse da mídia com esta questão?

Outro aspecto que vem tomando vulto é que este tema está tendo a preocupação de partidos políticos, que vêm, através de iniciativas, colocando seu comprometimento com a questão. Estão surgindo grupos de discussão interna dentro dos mesmos, o que a princípio é muito positivo.

Se observarmos estas últimas eleições, vários foram os candidatos que colocaram em seus materiais de campanha o tema da livre orientação sexual, alguns fizeram materiais específicos com o tema. Sabemos que também há um oportunismo muito grande por parte de alguns políticos, que ao verem uma mobilização social tentam lograr ganhos em cima do trabalho dos outros. Também, nestas eleições, vários candidatos homossexuais concorreram a cargos eletivos para os mais variados partidos políticos, inclusive por partidos que sempre tiveram posições conservadoras e excludentes para com os homossexuais.

O Nuances, em sua sede, vem recebendo muitos estudantes universitários que estão fazendo trabalhos acadêmicos tratando da questão. Teses de mestrado vêm sendo defendidas em universidades de nosso Estado, o que demonstra que muitos estão sensibilizados com o tema, reconhecendo a importância do mesmo. As universidades vêm abrindo um espaço muito grande para que esta discussão faça parte do universo acadêmico, e principalmente dando um enfoque que questiona a própria visão acadêmica com a qual era vista e tratada a homossexualidade.

O Estado vem dando apoio institucional para muitos grupos, financiando projetos específicos para esta população. O Nuances vem, há alguns anos, trabalhando com estes recursos, o que vem ajudando decisivamente para colocarmos esta discussão para a sociedade de forma séria e politizada.

### Uma questão de Direitos Humanos

Aprendemos, com estes anos de mobilização, que a história é algo muito dinâmico, que precisa a todo momento ser instigada e construída, tendo claro que os fatos políticos são momentos de afirmação para os marginalizados e que estes devem estar preparados para reações contrárias.

Na história da sociedade ocidental já tivemos momentos de avanços sociais importantes relacionados à homossexualidade, na Alemanha e na extinta União Soviética, no início deste século, por exemplo. Tudo foi perdido com a subida ao poder de regimes

autoritários e de extrema direita. Isto nos dá uma clareza muito grande de como encarmos a questão que envolve os Direitos Humanos dos homossexuais. Não podemos ser ingênuos em achar que qualquer questão social está separada de uma proposta política humanista de sociedade.

Os homossexuais são vistos pelos setores mais conservadores como uma ameaça à sociedade. É claro que isto, em grande parte não se deu gratuitamente, mas foi construído através de uma política de marginalização que teve a colaboração da própria ciência, da religião, e que encontra respaldo junto a setores da sociedade. Temos que ter clareza suficiente para afirmarmos que os Direitos Humanos das pessoas não podem ser desrespeitados em consequência de visões preconceituosas que não se sustentam com argumentos racionais.

Na sociedade brasileira, os homossexuais sofrem um processo de exclusão, que começa numa má convivência na família e em outros espaços sociais. Esta violência acaba chegando ao extremo, comprometendo a própria vida de muitas pessoas, principalmente as travestis que estão mais expostas. No Rio Grande do Sul, o Nuances vem registrando os assassinatos que são motivados pela homofobia, e no Brasil, o Grupo Gay da Bahia vem fazendo um excelente trabalho de registro e denúncia destes assassinatos.

Hoje, no mundo todo, vemos que os movimentos de extrema direita vêm crescendo e ocupando espaços, como é o caso na Áustria, em que chegou ao poder pelo voto. Na Europa vem crescendo uma visão xenófoba em relação a grupos de estrangeiros. Os grupos neonazistas vêm insistindo para ter direitos de se organizarem e agirem. Os revisionistas estão ocupando espaços, divulgando suas ideologias em publicações e principalmente em sites pela internet.

No Brasil temos o caso do adestrador de cães, que foi espancado até a morte por um grupo de skinheads na Praça da República em São Paulo. Um organizador da Parada Gay de São Paulo recebeu uma carta bomba na sede de sua entidade. A sociedade que não vê saída para seus problemas na democracia acaba, de forma desesperada, vendo a saída em regimes de exclusão, elegendo bodes expiatórios como solução para suas próprias inseguranças.

#### Mobilização e avanços legais

Os direitos de gays, lésbicas, bissexuais e travestis mereceram especial atenção no ano de 2000 pelo Poder Judiciário no Estado do Rio Grande do Sul.

De fato, neste ano verificou-se, com certeza, a maior vitória obtida na Justiça brasileira até hoje com relação ao reconhecimento de direitos de homossexuais.

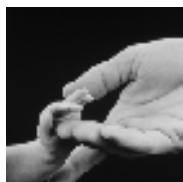
A partir de denúncia do Grupo Nuances, encaminhada formalmente ao Ministério Público Federal, foi ajuizada uma Ação Civil Pública contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Nesta ação, foi requerido que o Poder Judiciário obrigasse o INSS a tratar heterossexuais e homossexuais em igualdade de condições, com relação à concessão dos benefícios previdenciários de pensão por morte de companheiro e auxílio-reclusão, benefícios que eram sistematicamente negados quando se tratava de companheiro do mesmo sexo. A ação civil pública, é importante salientar, é um instrumento de defesa de direitos coletivos, isto é, uma medida judicial que abrange todos os cidadãos brasileiros que tenham seus direitos violados, em função da orientação sexual, pelo INSS.

Esta decisão vem na trilha de outras, indicadas desde 1996 nas edições anteriores deste mesmo 'Relatório Azul'. Ela lança mão dos argumentos desde então desenvolvidos e inova, na medida em que seu alcance supera em muito uma ou outra situação individual, ao alcançar todo o universo de brasileiros.

A ação do Grupo Nuances, desde sua militância até o contato institucional com o Ministério Público Federal, foi fundamental para que esta vitória histórica fosse alcançada em 2000. A partir desta decisão, toda a dificuldade do debate dos direitos de homossexuais encontrada no Congresso Nacional, na Assembléia Legislativa, nas Câmaras de Vereadores e no Poder Executivo fica contrabalançada e desafiada pela determinação judicial de âmbito nacional."

## Violência policial contra os profissionais do sexo

A CCDH obteve, como resposta ao ofício nº 79/RA/2000, do Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (Gapa), do Rio Grande do Sul, o relatório dos casos de violência policial contra os profissionais do sexo, que transcrevemos a seguir, na íntegra.





“O Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (Gapa) do RS, através do Núcleo de Ação e Estudos da Prostituição, desenvolve um trabalho de prevenção de Aids junto aos profissionais do sexo, desde o seu surgimento em 1989. Quase 11 anos depois, persistem ações das forças de Segurança Pública que violam os Direitos Humanos dos profissionais do sexo.

Em julho de 1999, foi efetivada uma operação conjunta entre a Polícia Civil e a Brigada Militar, na avenida Farrapos e suas transversais, atuação essa que feriu os direitos individuais e de cidadania dos profissionais do sexo. Naquela data, foram recolhidas 69 pessoas (dez mulheres e 49 travestis) que se prostituem na referida avenida, assim como dez homens clientes destes profissionais. Todos foram conduzidos em microônibus e viaturas para a 4ª Delegacia de Polícia, onde foram fotografados e identificados. Em função dessa ação, o Gapa/RS denunciou o fato à Ouvidoria da Justiça e da Segurança do RS, na Coordenadoria das Promotorias Criminais, e procurou a Assessoria Jurídica da Secretaria de Justiça e Segurança Pública para apuração dos fatos. Foi aberto um inquérito policial que concluiu ‘não se tratar de crime de natureza militar nem de transgressão da disciplina militar’, pois a ação visou ‘prestar um serviço à comunidade prevalecendo o interesse do coletivo sobre o individual’. Da mesma forma, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul solicitou o arquivamento do procedimento investigatório, pois considera esse tipo de ação um ‘mero procedimento rotineiro policial, qual seja, a identificação de pessoas, como a revista pessoal, dadas as circunstâncias em que foram abordadas, em zona de intensa prostituição e cometimentos de crimes’ (parecer final do inquérito do Ministério Público).

Tais considerações feitas pelos órgãos públicos só reforçam os estigmas presentes na sociedade que identificam a prostituição com a criminalidade e com a marginalidade.

Ações semelhantes foram executadas na avenida José Bonifácio, principal ponto de prostituição de homens nesta cidade. No mês de outubro de 1999, os policiais reuniram os homens em grupos de quatro, para fins de revista, identificação e fotografias. Nenhum dos policiais identificou-se. O delegado responsável pela ação proferiu ameaças aos homens, justificando estarem cometendo crime ao se prostituírem e que deveriam sair do local para evitar serem conduzidos ao Presídio Central.

Em março de 2000, foram novamente abordados por dez policiais militares, todos eles sem identificação visível. Os homens foram revistados e identificados. No mesmo mês, em outra operação policial, um homem que se prostitui sofreu violência física por parte de quatro policiais militares.

Em abril de 2000 uma nova operação policial foi realizada na avenida José Bonifácio e os homens que se prostituem foram revistados, insultados, filmados e levados para a 10ª Delegacia de Polícia.

Todos estes fatos foram denunciados à Ouvidoria da Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, no mês de maio de 2000, sem resolução alguma até a data de hoje.

Reconhecemos os esforços realizados pela Assessoria Jurídica e o Departamento de Relações Comunitárias da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, no apoio para esclarecimento das ocorrências relatadas e abertura de um canal de interlocução.

Com o intuito de poder diminuir esse tipo de atitudes desrespeitosas estabelecemos uma parceria com o Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do RS, visando sensibilizar para as temáticas da Aids e dos Direitos Humanos os policiais civis e militares que atuam nas áreas da cidade onde há prostituição. Como resultado desta parceria foram realizados dois cursos. Um primeiro, no mês de junho, dirigido aos oficiais da Polícia Militar e delegados da Polícia Civil, com um total de 30 participantes. O objetivo do mesmo foi o de sensibilizar sobre a temática de Aids e todas as suas interfaces. O segundo curso, dirigido aos praças da Polícia Militar e escrivães e inspetores da Polícia Civil, contabilizou 40 horas/aula e teve como objetivo formar multiplicadores nas áreas de Aids, sexualidade, drogas, Direitos Humanos e discriminação.

Acreditamos que esta iniciativa vem colaborando para a diminuição das violações dos Direitos Humanos dos profissionais do sexo por parte das corporações da Polícia Militar e Civil e somando esforços e atores sociais no estabelecimento de políticas e práticas sociais que garantam os Direitos Humanos e de cidadania desta população.”

